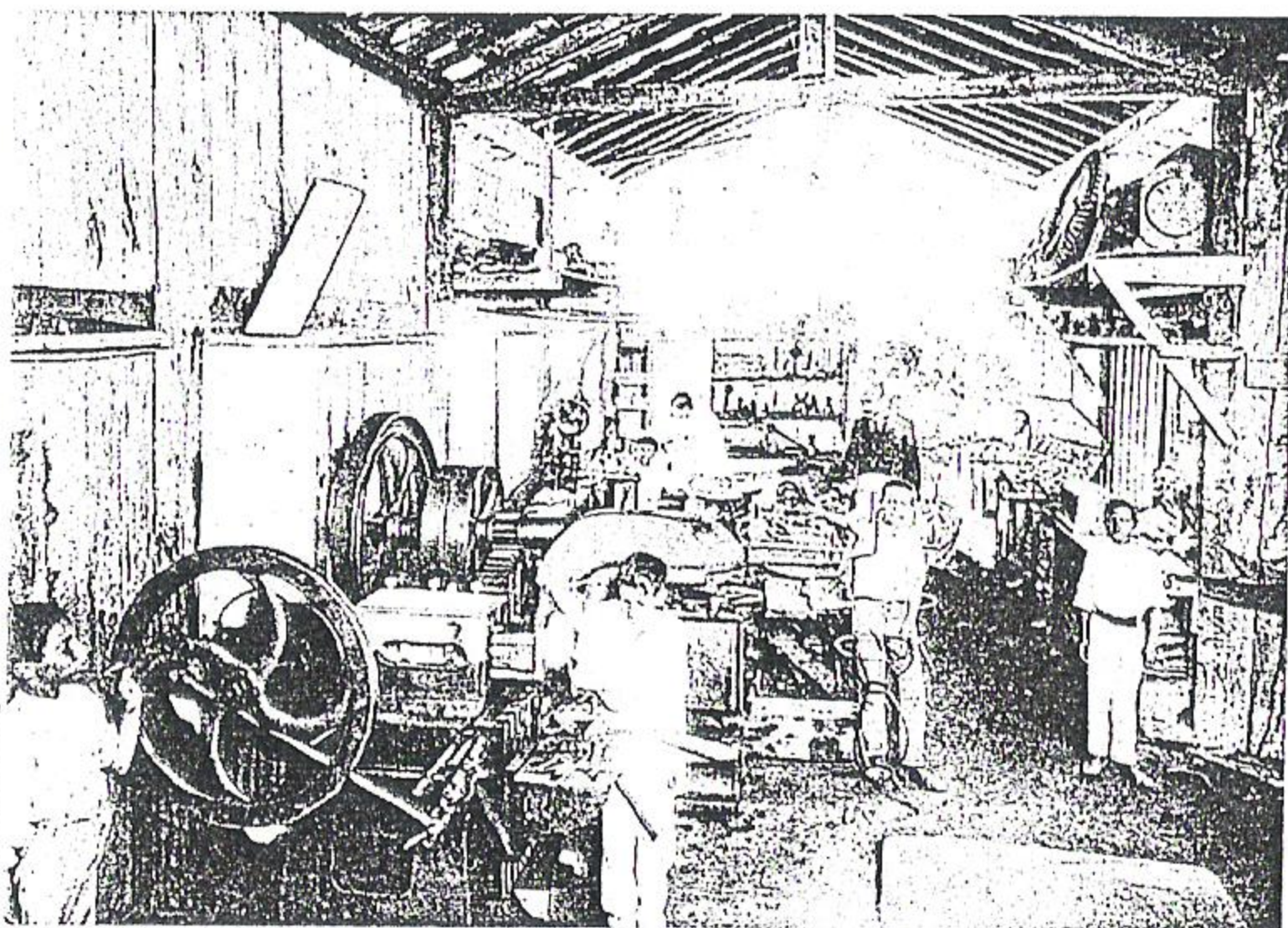


seguinte: São Paulo, 31,5%; Distrito Federal/Rio de Janeiro, 28,2%; Rio Grande do Sul, 11,1%; Pernambuco, 6,8%; Minas Gerais, 5,6%; Região Norte, 1,3%; Goiás e Mato Grosso, 0,4%.

Vale a pena destacar que, até o parque industrial paulista se afirmar, na década de 1920, o Rio de Janeiro foi o palco da concentração de grandes indústrias na República Velha — período compreendido entre a Proclamação da República e a Revolução de 1930 —, com ênfase nos ramos de alimentos, bebidas, vestuário e, sobretudo, produtos têxteis. Foi aí que primeiro surgiram grandes tecelagens, como a Cia. Progresso Industrial, a Aliança e a Confiança, algumas delas devido ao investimento de empresários ligados à atividade bancária.

E surge a classe operária

Os primeiros operários brasileiros surgiram ainda em plena sociedade escravista. Muitas das nossas primeiras empresas industriais caracterizavam-se pelo trabalho conjunto de operários livres e escravos. Somente



Oficina de ferraria e fundição da Escola de Aprendizes e Artífices do Estado do Espírito Santo, 1910.

com a Abolição, tal quadro mudaria. Até lá, porém, essa coexistência atrapalharia muito a afirmação do operariado como classe entre nós.

9
Esses primeiros operários originavam-se das camadas mais pobres da população urbana, sendo muitos deles menores de idade, retirados de asilos ou de casas de caridade diretamente para o regime das fábricas. As condições de trabalho e de vida desses aprendizes não eram melhores do que as de muitos escravos, formando um contingente significativo de trabalhadores não-especializados. Adultos e crianças chegavam a trabalhar até dezesseis horas por dia, sem folga semanal ou qualquer outro direito.

Já os operários qualificados, necessários ao desenvolvimento industrial, eram contratados quase sempre na Inglaterra e sofriam muitas dificuldades de adaptação ao clima do país, além de saírem bem mais caros para os primeiros industriais, que eram obrigados a pagar-lhes salários maiores do que os que estavam acostumados a pagar.

A entrada em massa de imigrantes no Brasil, a partir de 1870-1880, começou a alterar a composição do operariado brasileiro. Os estrangeiros — italianos, portugueses, espanhóis — aos poucos se tornaram maioria nas fábricas do Rio de Janeiro e de São Paulo, situação que se manteve mesmo após a Abolição. Somente nos centros industriais menos dinâmicos, como aqueles situados na Bahia, em Pernambuco ou no Pará, predominou o emprego de mão-de-obra nacional na indústria.

O crescimento da grande indústria, verificado na virada do século XIX para o XX, pouco contribuiu para melhorar as condições de vida dos operários. A superexploração do trabalho industrial não só se manteria, como seria agravada, em função de um novo fato: a incorporação maciça de mulheres e crianças no trabalho fabril. É bom lembrar que as crianças recebiam salários ainda menores do que os trabalhadores adultos.

Outro fator que favorecia a superexploração do trabalhador industrial era a ameaça do desemprego ou da diminuição temporária das frentes de trabalho. Com a chegada de novos imigrantes às cidades, a oferta de mão-de-obra aumentava, provocando demissões e desvalorização dos salários.